

Cultura Imaterial e Educação Patrimonial: Notas sobre Museus e o Valor Educativo do Patrimônio Intangível

Rebeca Campos Ferreira*

1 Introdução

trazer para o espaço do museu a vivência das manifestações culturais é uma importante ação educativa a ser implementada pelas instituições museológicas (...). Isso nos leva a concluir que o grande valor intangível do patrimônio cultural apresentado em museus é se constituir em territórios favoráveis à percepção de inclusão cultural e de identidades (CABRAL, 2004, p. 58).

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

No âmbito da importância do patrimônio cultural e da memória social, profissionais e instituições voltam suas atenções não só para a preservação, mas também no sentido de fazer desse patrimônio um campo de conhecimento a ser difundido. A atuação voltada à metodologia da Educação Patrimonial faz-se presente nos debates acerca da temática, sendo este o assunto do presente ensaio, que pretende ainda refletir acerca dos escritos reunidos no Caderno do Museu da Vida, dos anos de 2001 e 2002 (MUSEU DA VIDA..., 2001-2002), no seio de uma reflexão que toma o valor educativo do patrimônio intangível.

As diversas formas de patrimônio reiteram a diversidade cultural brasileira, que ganham cena no âmbito de ações voltadas às valorizações culturais. Porém, se trata da cultura material em um primeiro momento; a cultura imaterial, embora já reconhecida desde a Constituição da República de 1988 (CF-88), em seu Artigo 216 (BRASIL, 1988), passa a ocupar o cenário de forma mais efetiva somente na última década. A política patrimonial brasileira, que deixara de fora os principais atores por diversas ocasiões no passado, burocratizando o próprio processo de valorização e tornando-o artificial, imposto e exterior, tal como ocorrera, por exemplo, no Centro Histórico do Pelourinho nas décadas de 1980 e 1990 (COLLINS, 2004), volta-se à cultura intangível brasileira, em iniciativas que visam a inserção e conscientização daqueles que são parte; faz-se então necessário refletir acerca do papel da educação patrimonial nesse sentido específico.

Toma-se a sociedade como agente no reconhecimento e defesa desse patrimônio

* Universidade de São Paulo; Mestranda em Antropologia Social - PPGAS, Bolsista (FAPESP).

que não se toca, mas que se coloca enquanto valor e remete a um âmbito maior: da identidade de cada grupo. Peculiaridades e diversidades são chamadas então a servir, além de patrimônio imaterial, como diacríticos de pertencimento. Toma-se aqui a noção de Barth (1967) acerca da identidade e etnicidade, considerando o princípio de auto determinação - o conhecer-se e ser reconhecido como tal - bem a fluidez das identidades, com fronteiras não rígidas, pelas quais os indivíduos circulam ser que haja quaisquer prejuízos ou alterações, nem para sua identidade tampouco para as próprias fronteiras; atravessá-las não as dilui. Nesse contexto, a cultura imaterial toma o cenário e retoma uma problemática maior: a questão da identidade étnica.

O presente trabalho irá então abordar alguns dos pontos ressaltados por Maria Célia Teixeira Moura Santos (2008), acerca da museologia e da educação no - e pelo - museu, com relação ao processo museológico e os seus três atores primordiais, a saber: museu, escola e comunidade, focando especificamente na atuação do último no contexto da discussão sobre a cultura intangível. Serão ainda realizadas reflexões, a partir dos escritos dos Cadernos do Museu da Vida, em sua edição dos anos de 2001/2002, 'O Formal e o Não Formal na Dimensão Educativa do Museu' (MUSEU DA VIDA..., 2001-2002), sob mesma ótica, voltada à atuação da sociedade no tocante ao patrimônio imaterial, bem como o papel que este patrimônio exerce na consolidação e reconhecimento de determinados grupos, tendo como pano de fundo a função desempenhada pela educação patrimonial na discussão proposta. Por fim, serão apresentados alguns dos pontos da atuação da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no tocante à cultura intangível, bem como considerações acerca dos mesmos.

2 Educação Patrimonial

As considerações a seguir, baseadas em Santos (2008), se voltam às necessidades de reformular os objetivos a serem alcançados na interação museu-escola, e reestruturação dos procedimentos adotados para operacionalização dos projetos voltados à ação educativa. Vale lembrar que Santos não vincula a sua concepção de processo museológico a uma categoria específica de museu; o que busca é aproximar processos e instituições, com o objetivo de motivar a prática museológica que tenha como produto a construção do conhecimento, isto é, que seja educativa.

Tendo em vista que o museu é instituição histórica socialmente condicionada, tem-se que ele não é um produto pronto: é fruto de ações dos sujeitos, que passa por um processo de construção e reconstrução constante, sendo contextual e situacional. Nesse sentido emerge a necessidade de avaliação constante, no intuito de se definir claramente os objetivos propostos, o que implica a necessidade de abertura, por parte do corpo técnico, e dessa forma tem-se a atualização constante pretendida. Ressalta-se a importância da sistematização e da argumentação, com vistas ao desenvolvimento do pensamento crítico; a relação museu-escola é então pensada como um processo e por isso implica a transformação dos responsáveis pelos projetos.

Segundo Santos (2008), o museu, para atingir sua função pedagógica, tem de ter capacidade de produção própria, sem deixar de interagir com outras áreas de conhecimento; e por meio da pesquisa o museu pode contribuir para o desenvolvimento sócio-cultural. É nesse sentido que as ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação surgem em uma aplicação que pressupõe interação, para que assim se tenha efetividade na ação educativa. Vale ainda ressaltar que não é somente o setor educativo do museu que é o responsável pelos programas com as escolas, e sim todo o conjunto. Deve-se, portanto, compreender que toda ação museológica deve ser pensada e praticada como uma ação educativa e de comunicação, caso contrário não passarão de meras técnicas que se esgotam em si mesmas, e assim o museu se torna aquele lugar onde se guardam os objetos antigos, somente.

O processo de interpretação do patrimônio cultural é então fundamental, tomado como função educativa por excelência, não servindo meramente para instruir, memorizar e reproduzir características - o que não é eficaz. O ideal é mostrar como podemos compreender o passado nos termos do presente, e compreender o objeto, a manifestação cultural que apresenta como ponto de partida para questionamentos, comparações e,

assim, permitir que se estabeleçam conexões passado-presente, entre uma cultura e outra. Visa-se, portanto, uma análise crítica que permita o estímulo da criatividade, para que o patrimônio cultural possa ser um vetor da produção do conhecimento.

Assim sendo, os procedimentos dos programas devem ser repensados, para que se supere ou minimize problemas decorrentes de questões burocráticas, bem como as limitações de tempo e de capital, visto que o museu, mais do que conhecido ou divulgado, deve ser compreendido em seus próprios termos - o museu deve ser vivido. Deve haver interação com instituições, o que Santos (2008) chama de “sair da gaiola”, no momento em que constata o isolamento em que os museus se colocam. Tem-se, portanto, que ações museológicas devem ser aplicadas para além dos próprios museus, de modo que haja um intercâmbio, abertura, cooperação, no sentido de uma gestão participativa pautada na troca, enquanto escolas possam também se abrir à comunidade e aos contatos. Assim, cria-se uma rede de interação de recursos educativos, em estruturas democráticas de participação pró ativa.

Nesse sentido, os projetos para qualificação profissional ganham espaço, tanto no museu quanto na escola, com vistas à comunidade, para que o patrimônio local possa ser visto como instrumento de educação, por todos os atores envolvidos no processo. Sugere-se uma aproximação do museu para com os professores, e, por conseguinte com a comunidade, no intuito de tornar as ações e a reflexão combinadas - o que integraria os três pilares da reflexão: museu, escola e sociedade.

É relevante ainda que o patrimônio local seja parte da atuação, o que faz com que as relações com a comunidade sejam intensificadas. A rede de comunicação proposta deve se dar também entre cursos de museologia e cursos de formação de professores, com o objetivo de viabilizar a execução das propostas. Assim, tem-se uma ampliação, de maneira atrelada, da rede de comunicação, para que esta possa atingir diversos escalões das instituições em cena e de sua administração, considerando ainda as dificuldades em se atravessar determinadas barreiras. Santos (2008) observa que os projetos, quando existem, são postos de cima para baixo, ou são unilaterais, o que inviabiliza a própria eficácia da ação.

A idéia, portanto, é a da rede, uma teia de relações que facilita o aprendizado, seguindo esquemas pautados nas noções de concepção, rede de interação e operacionalização; perpassadas pelo intercâmbio e pela comunicação, tomando como atores o museu, a escola e a comunidade. Uma ação-reflexão, de inspiração paulofreiriana, que remete aos conceitos e métodos que possam viabilizar a execução da museologia como um processo de ensino e aprendizagem, em um contexto onde é necessário ousar para transformar, para efetivamente ter-se o patrimônio como instrumento da educação, considerando ainda que os sujeitos dessa história “somos nós mesmos” (SANTOS, 2008).

Passando às considerações acerca do volume *Museus da Vida*, a edição de 2001/2002 (*MUSEU DA VIDA... , 2001-2002*) reúne os textos referentes às palestras do I e II Seminários acerca do “Formal e do Não formal na Dimensão Educativa do Museu”, em uma abordagem que discute a relação museu-educação formal, em seus diversos aspectos concernentes à complementaridade, parceria, consumo, ampliação cultural e estratégias voltadas à democratização da educação e da cultura; âmbito no qual as instituições empenham-se em redefinir suas posições com vistas a uma ação em conjunto. Essa coletânea de textos permite então refletir acerca da mediação, formação e ação por parte dos agentes envolvidos no processo, o lugar de cada um deles e sua atuação específica.

Nesse contexto, o texto de Esther Valente aborda as tendências educacionais dos museus de ciências e visitantes, Myrian Sepúlveda reflete sobre a evolução da relação museu-escola, tomando o caso francês, ao passo que Marta Marandino toma o Curso para Treinamento em Centros e Museus de Ciências, da Estação Ciência, São Paulo, e comenta ainda o documento francês que trata das diretrizes relativas à educação e aos profissionais de museus, com questões relativas à mediação na educação não-formal. Alda Heizer discute a participação da América Latina e do Brasil nas Exposições do século XIX; Barros aborda aspectos da comunicação e da educação não-formal nas exposições científicas, apresentando metodologias de observação e de questionamento, direcionadas para a formação de mediadores. Por fim, Seibel apresenta e discute o trabalho de formação docente desenvolvido pelo Centro de Educação em Ciências do Museu da Vida (*MUSEU DA VIDA... , 2001-2002*).

Mario Chagas aborda, no II Seminário, a natureza da dimensão educativa dos

museus, bem como critérios classificatórios, o espaço museal e a contribuição da formação em museologia. Cury aborda os resultados do Estudo diagnóstico realizado sob a Fundação VITAE; reúne elementos para que se possa traçar um perfil do modo de funcionamento destas instituições; Sepúlveda discute o conceito de parceria educativa no âmbito de uma sociologia da experiência social e a contribuição desta perspectiva para se construir relações entre o museu e o ensino formal. Queiroz, por sua vez, permanece na reflexão sobre a parceria escola-museu, discutindo a contribuição dos museus na formação de professores (MUSEU DA VIDA..., 2001-2002).

Conforme afirma Esther Valente (2001-2002, p. 7), tem-se “o aspecto educacional dos museus como elemento de constituição de uma pedagogia museal e específica da educação não formal, área onde o museu está inserido” (VALENTE, 2001-2002, p. 7). Assim, a autora traça condições gerais que devem ser consideradas na constituição de uma pedagogia museal, pautada no reconhecimento de uma ‘negociação’ com o público e com o objeto de conhecimento, tendo em vista que este não pode ser apresentado da mesma forma como foi gerado a partir da lógica do saber da ciência. Propõe então uma abordagem multidisciplinar - epistemologia, sociologia, lingüística - utilizados no sentido de integrar conteúdo, demonstração e interação. E assevera ainda que o papel dos museus deve ser direcionado à alfabetização científica, enquanto uma dimensão cívica e elemento de relevância social, que possa tornar o cidadão apto a participar, de forma informal, em debates político-sociais.

é importante ressaltar que existe uma grande diferença entre conceber-se o museu como instituição intrinsecamente educativa e desenvolver-se, nestas instituições, um atendimento específico para atender aos diferentes públicos explicitando objetivos pedagógicos precisos (KÖPTCK, 2001-2002, p. 21).

E diagnostica mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XX, onde diferentes tipos de relações entre instituições passam a coexistir, “coabitação, colaboração e complementaridade”, seguindo características em conformidade com o tipo do museu em questão, e ainda segundo os interesses políticos em jogo.

O museu, assim como as instituições da educação formal, não constituem blocos monolíticos imutáveis. São espaços de interação social que desenvolvem, segundo Dagognet (1985,1988), uma relação entre a sociedade e ela mesma, por isso se modificam e transformam as relações que estabelecem entre si (KÖPTCK, 2001-2002, p. 24).

Heizer (2001-2002) discute considerações acerca da inclusão dos museus nos programas escolares, em estudos sobre o papel desempenhado pelo educador de museus; passa à definição da parceria escola-museu e às diferentes fases dos museus de ciências, bem como toma a crescente escolarização dos museus e a autonomia do discurso museológico das exposições. Barros (2001-2002) ressalta, nesse sentido, o potencial didático que exposições oferecem para a alfabetização científica informal do visitante. A formação dos monitores faz-se relevante no contexto, no intuito de formar os quadros que darão suporte técnico ao visitante: a formação dos monitores é de fundamental importância, já que estes constituem o elo principal entre a amostra e o seu público (HEIZER, 2001-2002, p. 37).

Mário Chagas (2001-2002) coloca em evidência a dimensão educativa dos museus, dialogando com os museus de ciência, e ressalta a contribuição da formação em museologia. O autor não faz uso da expressão “função educativa dos museus”, e sim da noção de “dimensão educativa museal”, com vistas a maior precisão terminológica, e insere as funções básicas na discussão proposta: preservação, investigação e comunicação, estas que estão conectadas com a educação e lazer nos museus; e ainda, segundo ele, tudo é atravessado por linhas de forças sociais, políticas e econômicas. A dimensão educativa é tomada em perspectiva dialógica, que ‘humaniza’ museus, a característica fundamental do museu é então o tipo de relações que os participantes do processo museal mantêm entre si. Vale ressaltar “por mais que se possa falar em educação museal ou mesmo patrimonial, importa perceber que os adjetivos não configuram uma metodologia específica, mas sim um campo de trabalho” (CHAGAS, 2001-2002, p. 57), em um campo onde se tem diferentes orientações, tanto metodológicas quanto teóricas e ideológicas. E prossegue,

em outros termos: a educação museal ou patrimonial não tem valor em si. Além disso, por mais que determinados profissionais de museus queiram

fixar critérios de leitura de acervos e estabelecer procedimentos de fruição e determinar o modo pelo qual o museu deve ser percebido, sempre será possível novas leituras; a experiência do sujeito com o patrimônio cultural e o território museal não está dada a partida, ao contrário, constitui um campo de múltiplas possibilidades. A experiência museal inovadora não é aquela que garante a transmissão de informações mais ou menos fidedignas, e sim a que tece teia conectando subjetividades (CHAGAS, 2001-2002, p. 57).

Köptck (2001-2002, p.70) destaca ainda a parceria entre educação formal e museu, os atores engajados, “no que resulta no âmbito das trocas cotidianas, para os envolvidos e que projetos político, social e pedagógico justificam e estruturam este tipo de relação entre instituições”. Para o museu, o projeto de parceria com a educação formal se justifica em uma estratégia de ampliação e diversificação de seus visitantes, pressupondo que a demanda cultural provém da educação, uma necessidade construída por diversos processos de socialização. O projeto de parceria com a escola é vantajoso para o museu, pois responde a demanda social de democratização de instituições e produtos culturais e ainda favorece a legitimação da instituição junto a financiadores da iniciativa privada, na medida em que o museu foi inserido no mercado cultural. O projeto de parceria educativa faz-se como uma experiência social, que propõe um quadro de inteligência para a análise das interações entre atores dos museu e da educação formal.

O sistema é, portanto, complexo e formado por muitas unidades interconectadas que variam, influenciando umas às outras. Com relação à formação de professores, tanto para sala de aula quanto para mediadores de museus,

implica construir discursos racionais, estéticos, técnicos e emocionais, sistematizados, sobre as certezas mesmo que provisórias, apesar de se reconhecer o futuro não determinista, imprevisível das ações educativas (QUEIROZ, 2001-2002, p. 84).

3 O Patrimônio Cultural

O termo preservação, neste contexto, deve ser analisado segundo uma perspectiva ampla, relacionando-o aos conceitos de valor, poder político e econômico. Este transcende quaisquer limitações nacionais, regionais ou locais. Portanto, como um patrimônio de toda a sociedade civil, a disposição desses bens deve ser, prioritariamente, norteada segundo princípios preservacionistas. São inúmeras as convenções, cartas e tratados que visam salvaguardar esse patrimônio (RODRIGUES; AGUIAR, 2003, p. 3)

Cada geração redefine uma interpretação do patrimônio cultural a partir de diferentes relações entre os atores sociais e os bens tangíveis e intangíveis. Processo realizado por meio de um movimento permanente de reconstrução de valores: ora são abandonadas concepções acerca desses bens, ora são retomadas como elementos essenciais de identidade da dinâmica cultural (CABRAL, 2004).

Entra-se, então, em questões relativas à construção da identidade, assumindo a teorização de Barth (1967), pela qual este enfoca a dinamicidade do processo, fluido, de afirmação da etnicidade, considerando a existência de fronteiras delimitadas, porém não intransponíveis. Ao contrário, dada sua fluidez, os indivíduos podem atravessá-las sem que isso traga prejuízos à identidade, ou mesmo à rigidez das fronteiras. Esta posição teórica combina com o que fora assumido por Manuela Carneiro da Cunha (1986) acerca da mesma temática. Tomando a etnicidade como situacional, reflexiva e contrastiva, a autora ressalta que são tirados da cultura, enquanto substrato, os sinais diacríticos de pertencimento, que serão enfatizados para marcar o grupo enquanto tal.

Esta rápida introdução remete, então, à cultura em seu papel formador de identidades diversas, em um processo dialético, no qual e simultaneamente o que se tem são expressões culturais específicas enquanto fator concretizante de determinado grupo. Nesse sentido, ressalta-se o patrimônio intangível enquanto fundamental na constituição identitária. Festas e práticas, religiosas ou não, são parte do patrimônio intangível e, além disso, servem para manutenção de determinados grupos, enquanto distintos uns dos outros, como grupos étnicos - constroem e reafirmam identidades. As tradições são

traços culturais, e são patrimônio. Embora já reconhecido na Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), as atenções voltam-se ao patrimônio imaterial recentemente, em comparação ao que se dera com a cultura material.

Patrimônios culturais intangíveis são formas de expressão, são modos de agir, são festas, representações, cerimônias; modos de manifestação cultural que não se enquadram no 'material', que fogem ao concreto e ao estável. São instáveis, variam com o local, com as gerações - são fluidos, viajam no tempo e no espaço, e nele variam, são dinâmicos, não se cristalizam ou se petrificam, estão em constante mudança, sem que isso inviabilize o seu reconhecimento. Apesar do que fora chamado de pessimismo sentimental e a crise da cultura da década de 1960, na teoria antropológica, que preconizava que a cultura encontrava-se em via de extinção, o que se tem é a multiplicidade, a variedade de formas, na esteira da suposta homogeneização colocada pelo sistema capitalista mundial. Nesse sentido, argumenta Sahlins (2005), mostrando que a atual conjuntura mundial faz-se enquanto uma Cultura das Culturas, como uma estrutura de diferenças e a diversidade cultural faz-se presente. Coloca-se aqui que essa diversidade não se dá somente em termos materiais, mas sim, e principalmente, em termos imateriais, impalpáveis, onde se enraíza o caráter dinâmico do processo em questão.

3.1 A UNESCO

A noção de patrimônio se constitui em uma rede simbólica, relacionada ao conhecimento acumulado, à memória:

a memória se concretiza, muitas vezes, em artefatos que vão desde um documento escrito até os grandes monumentos arquitetônicos. Esses bens patrimoniais tornam próximo o que é distante no tempo e no espaço (MEIRA, 2004, p. 36).

E, por outro lado, o patrimônio configura-se como:

um importante nicho de negócios na área do marketing cultural, movimentando grandes volumes de investimentos e com grande presença na mídia face à visibilidade social dos imóveis históricos (FONSECA; DÓRIA, 2008, p. 12).

Vale considerar que, até a década de 1980, os bens eram divididos em duas categorias: *móveis* e *imóveis*. A partir daí, tendo em vista que determinadas singularidades não eram abrangidas pelas categorias, tem-se o surgimento de uma nova, no contexto ainda do debate internacional acerca do assunto; e passara-se a tomar em conta, separadamente e de forma complementar, os *bens integrados*, tais como pinturas, esculturas, mobiliários, cerâmicas.

A Conferência Geral da UNESCO, ocorrida em Paris em 1970, aprovou uma Convenção (UNESCO, 1972) acerca de medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícita dos bens culturais, na qual, embora se estabeleça que a definição precisa dos bens culturais que merecem tutela é da competência de cada Estado, foi apresentada no seu artigo 1º uma lista dos bens que merecem a atenção da comunidade internacional e, portanto, cabem ao controle dos Estados¹.

Para os fins dessa Convenção, a expressão "bens culturais" significa "quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência" (UNESCO, 1972, p. 3). A presente definição de bens culturais foi promulgada no Brasil pelo Decreto n. 72.312, de 31 de maio de 1973 (BRASIL,

¹ São estes: as coleções e exemplares raros da zoologia, botânica, mineralogia e anatomia, e objetos de interesse paleontológico, bens relacionados com a história - história da ciência e da tecnologia, história militar e social, com a vida dos grandes estadistas, pensadores, cientistas e artistas nacionais e com os acontecimentos de importância nacional, produtos das escavações ou descobertas arqueológicas (tanto as autorizadas quanto as clandestinas), os elementos procedentes do desmembramento de monumentos artísticos ou históricos e de lugares de interesse arqueológico; antiguidades de mais de cem anos, tais como inscrições, moedas e selos gravados; objetos de interesse etnológico; bens de interesse artístico - quadros, pinturas e desenhos feitos inteiramente a mão, produções originais de arte estatutária e de escultura em qualquer material, gravuras, estampas, conjuntos e montagens artísticas em qualquer material, ainda manuscritos raros, livros, documentos e publicações antigas, isolados ou em coleções; selos postais e fiscais, isolados ou em coleções; arquivos, inclusive os fonográficos, fotográficos e cinematográficos; peças de mobiliário de mais de cem anos e instrumentos musicais antigos (UNESCO, 1972).

1973), e foi ainda a referência para a Convenção do International Institute for the Unification of Private Law (UNIDROIT), sobre bens culturais roubados, ou ilicitamente exportados (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW, 1995), de 1995², em Roma, que entrou em vigor em julho de 1998, e instituiu as regras para a restituição, retorno e compensação de bens culturais ilicitamente transportados aos Estados de origem.

Conforme coloca Cabral (2004), a Conferência da UNESCO de 1972 fez uso de noção limitada de patrimônio, considerando como patrimônio cultural somente bens móveis e imóveis. Somente em 1989 teve-se uma posição desta organização, com a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, documento aprovado pela Conferência Geral da UNESCO (UNESCO, 1989).

Mas ainda, foi somente em 2003, na 32ª Conferência Geral, que a UNESCO adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível (UNESCO, 2003), como complementar à Convenção da Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972. De acordo com os documentos da UNESCO, o **Patrimônio Cultural Intangível, ou Imaterial, compreende as expressões de vida e tradições que comunidade, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes. Assim**, para fins da convenção acima mencionada:

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Nos termos da Convenção, foi levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido acima, se manifesta em particular nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais.

3. Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão - essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2003)³.

Dois pontos considerados na definição da UNESCO servem ao debate que se faz no presente trabalho: um diz respeito ao sentimento de identidade, e o outro se refere ao papel da educação frente a esse patrimônio. O parágrafo terceiro se insere no debate acerca da educação enquanto medida de salvaguarda e transmissão da cultura imaterial.

o patrimônio intangível também se expressa por meio do material, com a sensível diferença de que o material, (...), é veículo para uma manifestação que não termina na produção de um objeto que, em si, contenha todo o seu significado. A continuidade da comunidade está inserida em tal manifestação e a produção de objetos, que podem ou não ser preservados, não abarca a complexidade dessa herança, pois a manifestação do patrimônio intangível promove a religação daquela comunidade com a sua história (CABRAL, 2004, p. 51).

3.2 O Brasil e o IPHAN

O Decreto nº. 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), é o primeiro instrumento jurídico brasileiro que discorre acerca do patrimônio. Segundo este, constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes

² <http://www.unidroit.org/english/conventions/c-main.htm>

³ <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>

no país, cuja conservação seja de interesse público, por se acharem vinculados a fatos da história do país ou por valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Nas décadas de 1960 e 1970, o debate sobre patrimônio se intensificou e o período é marcado por diversas conferências e encontros que tratam do tema, tanto no âmbito nacional quanto internacional, e essas reuniões deram origem a documentos e cartas que discorrem sobre a preservação, e que serão abordados adiante.

O termo 'patrimônio cultural' surge nesse contexto, como o trabalho resultante da ação do homem, que engloba, por sua vez, ampla variedade de bens culturais:

Os bens culturais que herdamos do passado e vivenciamos no presente contribuem para a formação da identidade, na formação de grupos, nas categorias sociais e no resgate à memória, permitindo estabelecer elos entre o pertencimento, a história e as raízes (COSTA, 2002, p. 2).

Tomando especificamente a questão brasileira, tem-se o artigo 216 da CF-88 (BRASIL, 1988) que consigna em sua redação a noção de patrimônio imaterial. Porém, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura, tratara do assunto somente na última década, sendo responsável pela instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e tendo criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, voltado à implementação de políticas específicas de inventários desse patrimônio.

Como instrumento relevante na proteção do patrimônio histórico e cultural tem-se o inventário, importante na gestão e catalogação, na medida em que proporciona conhecimento real e sistemático dos bens e valores. As recomendações acerca da temática, oriundas das Convenções, logo passaram a considerar a relevância do inventário, que já aparece na Carta de Atenas de 1931, remetendo à necessidade de inventariar os bens, juntamente com o registro fotográfico. Todavia, a realização de inventário ganhara o cenário de forma mais efetiva na década de 1960, devido às perdas patrimoniais sofridas por diversos países.

O inventário, como forma de proteção do patrimônio cultural, constitui procedimento que compreende uma ampla metodologia, uma vez que consiste em descrever os bens, numerá-los, identificar o tombamento, fazer o registro fotográfico do bem, entre outros atos. Com todo efeito, não basta arrolar os bens, mas sim respeitar todo o procedimento de inventário, que é fundamental para se identificar o bem caso ele desapareça, ou seja, roubado. O inventário é fundamental para situações de reconstituição do bem, porque retrata toda sua composição. De tal sorte, o inventário é primordial na política de proteção do bem ambiental cultural (COPOLA, 2001, p. 5).

Os inventários podem ser de três tipos, a saber: de identificação, científico e de proteção, este último se referindo diretamente aos bens culturais, servindo como "como ferramenta fundamental para os trabalhos de fiscalização dos bens culturais móveis" (NAKAMUTA, 2006, p. 4). Desse modo,

dadas às dimensões continentais do Brasil e as rápidas transformações sociais porque passa, um inventário de seus bens culturais deve ter características próprias. Na atual etapa de desenvolvimento do país, quando já se tombou os mais notáveis monumentos brasileiros, o que se impõe é a realização de um inventário de proteção mais amplo, que contemple as manifestações culturais não necessariamente excepcionais, mas que tenham importância como testemunha, o patrimônio não monumental. Tal inventário deverá ser programado de modo a proporcionar, em médio prazo, insumos que possibilitem salvaguardar categorias de bens culturais atualmente sem qualquer proteção (NAKAMUTA, 2006, p. 4).

A primeira iniciativa brasileira no sentido de inventariar bens culturais partira do Governo do Estado da Bahia, em 1973, por meio ao Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC/BA), que catalogara de forma sistemática os bens de interesse cultural, móveis e imóveis. A iniciativa foi seguida por Pernambuco e Minas Gerais (BAHIA, 1975).

Em 1979, tem-se a criação do Fundo Nacional Pró-Memória, através da Lei n. 6757 (BRASIL, 1979), e o primeiro projeto institucional de abrangência nacional quanto ao inventário e catalogação de bens culturais. Na década de 1980, o IPHAN, em parceria com outras instituições, realizou os seguintes inventários: 1983, Roraima; 1984, Mato Grosso do Sul e município de Magé, Rio de Janeiro; 1985, Goiás e Paraná; 1986, Pará e igreja Madre

de Deus em Recife; 1986, Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados⁴; 1987, Sergipe e Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Junqueira e Cofre da Igreja de Nossa Senhora do Treco em Recife, Pernambuco; 1987, centro histórico de São Luiz, Maranhão; 1988, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

A maioria desses inventários está estruturada segundo o padrão: um breve histórico do bem, muitas fotografias, com foco em detalhes, alguns ainda possuem uma descrição básica das peças, tais como título, classe e material, todavia “nenhum deles contempla uma análise analítica para a verificação das obras” (NAKAMUTA, 2006, p. 11).

Por sua vez, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo Decreto n. 3.551, de agosto de 2000 (BRASIL, 2000), tem por objetivo viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. É então um programa de fomento que busca estabelecer parcerias com o Governo Federal, Estadual e Municipal, Universidades, ONGs e agências privadas.

Nesse sentido, com relação ao inventário e ao registro, vale problematizar o seguinte ponto: as manifestações da cultura intangível, ao serem registradas, não se cristalizam, conforme fora dito, dada sua dinamicidade. Haverá transformações com o tempo, e devem ser esperadas.

4 Uma questão de valor

O próprio termo preservação, neste contexto, deve ser analisado segundo a perspectiva ampla relacionado aos conceitos de valor, poder político e econômico. (RODRIGUES; AGUIAR, 2003).

a atribuição de valor diz respeito a uma determinada história, identidade e memória que se quer construir. E essa escolha sempre envolverá disputas e conflitos de posições e interesses diferenciados (...). A atribuição de valor passa pela estética, pelo belo, pela raridade. A atribuição de valor é uma construção cultural (SENA, 2008, p. 4, 7).

Ainda sobre a noção ou atribuição de valor aos bens patrimoniais, tem-se que:

atribuir significação a algo implica um valor, portanto, a significação cultural de um bem pressupõe um valor estético, histórico, científico ou social a ele atribuído por gerações passadas, presentes ou futuras (INSTITUTO..., 1995, p. 283).

O valor que permeia a discussão no tocante aos bens tombados pode ser tomado como Valor Nacional, aquele fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação (FONSECA, 2005, p.36). O valor cultural atribuído ao bem, que justifica seu reconhecimento como patrimônio, é perpassado por noções de arte e história no processo de atribuição de valor: “é o processo de atribuição de valor que possibilita uma melhor compreensão do modo como são progressivamente construídos os patrimônios”

Magalhães (1985) considera a dificuldade de atuação frente aos bens culturais, na medida em que estes são impregnados de valor histórico, incomensurável. Tem-se, pois, que “o que parece estar em cena, na realidade, é uma batalha de caráter hegemônico entre diferentes sistemas de valores sociais, econômicos, políticos e também patrimoniais” (MEDEIROS, 2005, p. 7). E desse modo ressalta-se a problemática da atribuição de valor como alicerce da definição dos critérios de seleção do patrimônio histórico e artístico nacional. De forma que “por trás de cada um destes valores patrimoniais encontram-se, na prática, outros valores de caráter político e ideológico” (MEDEIROS, 2005, p. 10). Portanto, tem-se a dificuldade do estabelecimento de critérios de valor, seja pela escassez de profissionais ou pela variedade de significações. Segundo a perspectiva de Reale (2002), o bem cultural é marcado por dois elementos, o ‘suporte’ e o ‘significado’; este último como a expressão de valores. Por isso, a compreensão dos bens culturais demandaria análise valorativa, ou axiológica, que lhes conferem significados especiais.

⁴ O Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados fora uma iniciativa do Estado de Minas Gerais, estado piloto da aplicação, contemplou 36 cidades e tombou 135 monumentos e 10 mil bens móveis. Foi dividido em etapas: 1 - Região metropolitana de Belo Horizonte, 2 - Região de Ouro Preto, 3 - região de Santa Bárbara, 4 - Região de São João del Rei, 5 - região de Diamantina, 6 - outras regiões. Os profissionais envolvidos foram arquitetos, museólogos, historiadores, artistas plásticos.

5 Considerações Finais

No contexto desta discussão, assume-se que o museu na condição de:

principal guardião do patrimônio tangível, se inclui entre as instituições responsáveis pela participação da produção, gestão e produção do patrimônio intangível. A convenção da UNESCO aponta, entre outros temas em torno do patrimônio intangível, a relação entre o patrimônio cultural tangível e o intangível (CABRAL, 2004, p. 52).

O Conselho Internacional de Museus abordou, em sua conferência geral de 2004, a temática “Museus e o Patrimônio Intangível”, apontando as interfaces entre acervos e a dinâmica sociocultural. Tem-se, portanto, que os museus não se restringem à cultura material, apesar de sua gênese centrar-se no objeto em si: “o museu é o espaço do tangível e do intangível; o acervo e sua intangibilidade, o intangível e sua materialidade” (CABRAL, 2004, p. 54).

Tomando o museu como canal de comunicação, inclusão social e locus de ações educativas, o patrimônio imaterial faz-se ferramenta relevante, parte da democratização das instituições museológicas; as manifestações culturais vão além dos objetos e dos acervos, e assim o patrimônio intangível se torna um veículo de ação educacional e cultural. O patrimônio imaterial faz-se presente em todo e qualquer museu, e deve ser estimulado pelos programas voltado à educação patrimonial, de modo que possa haver integração ao material.

A formulação e a transmissão de uma mensagem e sua significação inserem-se em um processo maior que é educacional e comunicacional; ou seja, educação e comunicação estão imbricadas e não consistem apenas em processos de transmissão de conhecimento. Considerando que o significado é dado pelo agente, não sendo, portanto universal, mas de caráter subjetivo, toma-se que o museu em um constante processo de ressignificação, na medida em que compartilha a dinamicidade da cultura que expõe.

Afinal, “educar e comunicar em museu é ressignificar” (CABRAL, 2004, p. 55). Portanto, a dimensão imaterial dos museus evidencia um amplo campo de atuação para a educação patrimonial, tendo ainda que,

a intangibilidade do objeto museológico envolve simbologia, imaginário, valores, conceitos, emoções, afetividades. (...) o educador do museu é ator, ele constrói discursos, pode atuar no plano do imaginário, das emoções, dos valores. Trabalhar nessas dimensões a partir do patrimônio cultural musealizado é educar (CABRAL, 2004, p. 55).

O patrimônio intangível tem, portanto, grande valor educativo; há referências, signos, valores, imbuídos em quaisquer obras, e devem ser levados em conta. No objeto estão inscritas manifestações culturais de diferentes ordens dos grupos sociais envolvidos. O museu tem, então, um papel relevante na salvaguarda da cultura imaterial, bem como na comunicação e expressão desta, enquanto instrumento de educação patrimonial. ■

Referências

(BAHIA) Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. IPAC-BA : inventário de proteção do acervo cultural da Bahia. Salvador, 1975-. 7 v.

BARROS, Suzana de Souza. Metodologias da observação e da pergunta nas exposições. In: MUSEU DA VIDA; MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu. Rio de Janeiro, 2001-2002. p. 36-45. (Caderno do Museu da Vida, n. 1). Disponível em: <http://www.fiocruz.br/museudavida_novo/media/Cadernos-do-Museu-da-Vida-2001-2002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1967.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado

Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 7 ago. 2000. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 12 mar. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1937. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 72.312, 31 de maio de 1973. Promulga a Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas dos Bens Culturais. Diário Oficial, Brasília, 1 jun. 1973. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72312.htm>. Acesso em: 12 mar. 2011.

BRASIL. Lei nº 6757, de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 1979. Seção 1, p. 19330. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=102275>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

CABRAL, Magaly. Museus e o patrimônio intangível: o patrimônio intangível como veículo para a ação educacional e cultural. *Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2004.

CHAGAS, Mario. Museus de Ciência: assim é se lhe parece. In: MUSEU DA VIDA; MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu*. Rio de Janeiro, 2001-2002. p. 46-59. (Caderno do Museu da Vida, n. 1). Disponível em: <http://www.fiocruz.br/museudavida_novo/media/Cadernos-do-Museu-da-Vida-2001-2002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

COLLINS, John. X marks the future of Brazil: racial politics, bedeviling mixtures and protestant ethics in a Brazilian cultural heritage center. In: SHRYOCK, Andrew (Ed.). *Off stage/on display: intimacies and ethnographies in the age of public culture*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

COPOLA, Gina. *O meio ambiente cultural e sua proteção*. Direito do Ambiente. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

COSTA, Lygia Martins. *De Museologia, arte e políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense: 1986.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

FONSECA, Alice; DÓRIA, Renato. Definindo o valor histórico: uma reflexão sobre patrimônio. *Horizonte Científico*, Uberlândia, v. 2, n. 2, 2008.

HEIZER, Alda. Algumas reflexões sobre a inclusão da temática das Exposições Universais nos programas escolares. In: MUSEU DA VIDA; MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu*. Rio de Janeiro, 2001-2002. p. 32-35. (Caderno do Museu da Vida, n. 1). Disponível em: <http://www.fiocruz.br/museudavida_novo/media/Cadernos-do-Museu-da-Vida-2001-2002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW. *Unidroit convention on stolen or illegally exported cultural objects*. Rome, 1995. 11 p. Disponível em: <<http://www.unidroit.org/english/conventions/1995culturalproperty/1995culturalproperty-e.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

KÖPTCKE, Luciana Sepulveda. Analisando a dinâmica da Relação Museu- Educação - Formal. In: MUSEU DA VIDA; MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *O formal e o não-formal na*

dimensão educativa do museu. Rio de Janeiro, 2001-2002. p. 16-25. (Caderno do Museu da Vida, n. 1). Disponível em: <http://www.fiocruz.br/museudavida_novo/media/Cadernos-do-Museu-da-Vida-2001-2002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. *Pernambuco falando para o mundo*. SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 6., 2005, Niterói. *Moderno e Nacional: arquitetura e urbanismo*. Niterói, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminenses, 2005. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%20pdfs/Ana%20Elisabete%20de%20Almenida%20Medeiros.pdf>>. Acesso em 21.11.2010.

MEIRA, Ana Lúcia. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MUSEU DA VIDA; MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu*. Rio de Janeiro, 2001-2002. p. 80-86. (Caderno do Museu da Vida, n. 1). Disponível em: <http://www.fiocruz.br/museudavida_novo/media/Cadernos-do-Museu-da-Vida-2001-2002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. A trajetória de preservação de bens culturais móveis e integrados sob a ótica dos inventários: algumas reflexões. In: CIDADE REVELADA, 9., 2006, Itajaí. [Anais eletrônicos...]. Itajaí: Ed. Maria do Cais, 2006. 1 cd-rom.

QUEIROZ, Gloria Pessoa. Parcerias na formação de professores de ciências na educação formal e não-formal. In: MUSEU DA VIDA; MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu*. Rio de Janeiro, 2001-2002. p. 80-86. (Caderno do Museu da Vida, n. 1). Disponível em: <http://www.fiocruz.br/museudavida_novo/media/Cadernos-do-Museu-da-Vida-2001-2002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. São Paulo: Saraiva, 2002.

RODRIGUES, Anna Dias; AGUIAR, Clélia Prates. *A proteção dos bens culturais em caso de conflito*. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Museu e Educação: conceitos e métodos. In ENCONTROS MUSEOLÓGICOS: Reflexões sobre a Museologia, a Educação e o Museu. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, IPHAN, DEMU, 2008.

SENA, Tatiana da Costa. A atribuição de valor nas práticas de preservação do patrimônio. IV ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2008, Salvador. [Trabalhos apresentados...]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

UNESCO. Brasília Office. Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais: Paris, 12-14 de novembro de 1970. Brasília: Senado Federal, 1972. BR/1972/PI/H/1. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001606/160638por.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

UNESCO. *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*. Paris, 1989. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/cpc2007/patrimonio/bloco2/recomendacao_%20sobre_a_salvaguarda_da_cultura_tradicional.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*: Paris, 17 de outubro de 2003. Brasília, 2006. 17 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

VALENTE, Maria Esther A. Educação em Ciências e os Museus de Ciências. In: MUSEU DA VIDA; MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu*. Rio de Janeiro, 2001-2002. p. 7-15. (Caderno do Museu da Vida, n. 1). Disponível em: <http://www.fiocruz.br/museudavida_novo/media/Cadernos-do-Museu-da-Vida-2001-2002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2011.

Recebido em 12.03.2011

Aceito em 20.03.2011